INTERSETORIALIDADE E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

.

EIXO TEMÁTICO: 03
TIPO DO ESTUDO: PP

Camilla de Oliveira MACHADO
e-mail: camillamachadogl@gmail.com
Mestranda em Educação / Programa de pós-graduação em Educação /PropEd
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Bárbara Silva dos Santos PEREIRA
e-mail: bsspereira@gmail.com
Doutoranda em Educação / Programa de pós-graduação em Educação /PropEd
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Letícia Felix SIÉBRA
e-mail: lfelixsiebra@gmail.com
Mestre em Educação, Cultura e Comunicação / Programa de pós-graduação em Educação /PPGECC
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Wederson Gabriel Fernandes da SILVA
e-mail: fwederson80@gmail.com
Aluno de Graduação Licenciatura em Matemática / Bolsista de Extensão do LED
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agência de fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

RESUMO: O foco do presente estudo foi analisar as produções acadêmicas nacionais que problematizam as políticas intersetoriais no campo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Para tal, foi realizada uma revisão da literatura a partir das bases de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD/IBICT–, Catálogo de Teses e Dissertações Capes; Portal de Periódicos Capes; Biblioteca Eletrônica Científica Online – SciELO – e Google acadêmico, com os descritores: intersetorialidade, educação e deficiência. A problemática que justifica este estudo está ancorada no conceito de situação social do desenvolvimento de Vigotski, que aponta para a relação dialética das condições sociais do meio com o processo de desenvolvimento humano. Assim, assumindo a relação bidirecional entre deficiência e pobreza, ressaltamos a importância da articulação intersetorial no campo das políticas sociais para potencializar o processo de escolarização dos alunos com deficiência. A análise revelou que grande parte da produção se concentra nos campos da saúde, assistência social e cuidado, sendo escassos os estudos que tratam de políticas intersetoriais nas quais a educação está inserida. Foram identificadas contribuições importantes para o enfrentamento do modelo biomédico e para a promoção de direitos sociais. Concluímos destacando a necessidade de reflexões futuras sobre a intersetorialidade no campo da educação, como um meio de fortalecer a atuação destas políticas nas condições de vida de alunos com deficiência.

Palavras-chave: contexto político. políticas educacionais. psicologia da educação.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre pobreza e deficiência tem ganhado destaque crescente nos debates sobre as políticas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, sobretudo no contexto das escolas públicas em locais periféricos. As legislações vigentes apontam para a importância da intersetorialidade na elaboração de políticas estratégicas que visem o desenvolvimento integral das pessoas com deficiência (Pletsch, 2023).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, 2015) estabelece que a avaliação da deficiência terá caráter biopsicossocial e se dará por meio de equipe multidisciplinar. O documento legal considera uma abordagem que abarque aspectos psicológicos e sociais de forma conjunta com as questões biológicas do indivíduo, apontando para o diálogo entre os profissionais envolvidos no cuidado integral, buscando a completude do desenvolvimento, uma vez que a mesma pessoa é público das políticas de diferentes setores (Brasil, 2015).

A ideia dessa articulação conjunta proposta pela intersetorialidade também é alicerçada no Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI –, que direciona as práticas educativas para um afastamento do modelo biologizante, centrado na deficiência e nas limitações do indivíduo, propondo um atendimento focado na amplitude e em seu potencial. O texto prevê a transversalidade entre as modalidades, participação das famílias e comunidades, acessibilidade, além de políticas públicas intersetoriais. Ao denominar igualdade e diferença como valores indissociáveis, essa proposta acena para a correlação entre educação Inclusiva e direitos humanos, atrelando intersetorialidade à justiça social (Brasil, 2008).

Compreendemos que é urgente refletir sobre as condições de vida experienciadas pelos alunos com deficiência, uma vez que essa parcela da população acaba tendo os direitos cerceados, aprofundando a relação bidirecional entre pobreza e deficiência. O acesso aos direitos está diretamente ligado às ações intersetoriais que conectam os serviços sociais de uma maneira mais ampla e que também visibilizem os marcadores sociais da diferença. Nesse ínterim, destacamos que é essencial integrar a intersetorialidade às políticas de Educação Inclusiva, considerando que o direito à educação se constitui um eixo estruturante para a promoção da equidade social, do desenvolvimento humano e da ampliação das potencialidades das pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, a educação

inclusiva é tomada como um direito humano inalienável e como fundamento indispensável para a construção de sociedades mais justas (Organização das Nações Unidas [ONU], 2018).

Vale dizer, que estamos apoiadas teórica e epistemologicamente na teoria histórico-cultural de Vigotski e realizamos, coletivamente com o grupo de pesquisas, estudos acerca do papel da relação dialética entre o meio e a vivência no processo de desenvolvimento dos sujeitos com deficiência. Nesta teoria, o meio é fonte de desenvolvimento, considerando as condições políticas, culturais, econômicas e sociais – no qual o sujeito desenvolve suas funções psíquicas superiores e humanas (Vigotski, 2018).

Portanto, para compreender esta relação precisamos considerar o conceito da situação social do desenvolvimento, em Vigotski, e entender qual o lugar social da criança nestas relações, ou seja, quais as condições materiais de vida ela tem disponível para as suas necessidades, como se estabelecem as suas relações afetivas, como esta criança se percebe nas relações sociais e no meio e sobretudo, como ela significa estas experiências (Bozhovich et al., 2023).

Com base nisso, gostaríamos de explicar que estamos desenvolvendo pesquisas de forma colaborativa com uma escola da rede pública de ensino da Baixada Fluminense, uma região periférica e metropolitana do estado do Rio de Janeiro – RJ-, permitindo trocas que permitem conhecer de perto as condições de vida das pessoas com deficiência naquele território. Importa destacar, que consideramos os desdobramentos da atuação e interpretação das políticas públicas intersetoriais no campo da Educação Inclusiva a fim de compreender como elas afetam as práticas educativas no que concerne as pessoas com deficiência em contextos de maior vulnerabilidade social. Essas observações tão estreitas enriquecem as pesquisas, oportunizando o mapeamento das políticas públicas, o modo como são traduzidas naquele contexto e atuadas pela comunidade escolar, conforme aponta Stephen Ball (2001), sobre o ciclo de políticas.

A partir das inquietações a respeito das condições de desenvolvimento do público local, entendendo a importância de olhar o indivíduo de maneira holística, as pesquisas sobre intersetorialidade propõem trazer contribuições para o campo acadêmico, a fim de ampliar o debate e as reflexões sobre o tema, estabelecendo, ainda, diálogos com os atravessamentos interseccionais na análise da situação social de desenvolvimento dessas pessoas. Por isso, é relevante compreender a

importância das interações entre diferentes áreas de atuação para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Assim, o presente estudo propõe realizar uma revisão da literatura com o objetivo de analisar as produções acadêmicas nacionais que problematizam as políticas intersetoriais no campo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, com ênfase na articulação entre educação, saúde e políticas sociais, identificando possíveis lacunas relacionadas.

A seguir, discorreremos a respeito do método utilizado para construção desta revisão e as análises dos materiais encontrados.

2 MÉTODO

De acordo com Vieira (2010), a revisão da literatura identifica afinidades e hipóteses da pesquisa, considerando os conceitos que são de interesse investigativo do pesquisador. A revisão da literatura consiste na tarefa de encontrar elementos que sustentam nosso argumento sobre determinado assunto. Além disso, é compreendida como uma maneira de considerar e reconhecer a importância das produções acadêmicas no campo pesquisado.

Desta forma, para a realização da etapa inicial desta revisão, fizemos uma busca, no período de dezembro de 2024 e janeiro de 2025, nos seguintes portais eletrônicos: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD/IBICT–; Catálogo de Teses e Dissertações Capes; Portal de Periódicos Capes; Biblioteca Eletrônica Científica Online – SciELO – e Google acadêmico.

A definição dos descritores foi realizada em acordo com os conceitos principais a serem trabalhados na pesquisa. Inicialmente gostaríamos de ter um panorama dos estudos já realizados no campo da educação especial que abordaram o tema da intersetorialidade, além disso, gostaríamos de compreender o que estes trabalhos estavam discutindo e qual era o cenário sobre a temática nesse campo, no Brasil. Portanto, foi essa inquietação nos orientou quanto a seleção dos descritores.

Assim, durante a segunda etapa, realizamos a busca pelos descritores: intersetorialidade e educação ou intersetorialidade, educação e deficiência. Após o filtro realizado pelas leituras iniciais, conforme já explicado, encontramos 99 trabalhos ao todo. Seguindo na leitura destes textos, selecionamos apenas 9

trabalhos que contemplavam a intersetorialidade dentro dos estudos no campo da educação.

Seguimos nesta revisão, realizamos a terceira etapa na organização dos trabalhos, com o cruzamento dos descritores: intersetorialidade, educação e deficiência, após a leitura dos textos, selecionamos apenas 8 trabalhos dos 97 que surgiram com a busca, sendo 7 artigos e 1 dissertação de mestrado.

Por fim, nesta etapa da busca, salvamos os trabalhos em um drive coletivo e os organizamos em uma tabela de Excel, contendo o ano de publicação, o periódico, nome dos autores(as), título e palavras-chave, para melhor análise e visualização dos textos.

Abaixo, segue a explanação e análise sobre nossos achados, a partir desta revisão da literatura.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, apresentamos a tabela de revisão com a descrição dos trabalhos em ano, periódico, autor, título e palavras-chave.

Tabela 1

Trabalhos no tema da Intersetorialidade: artigos científicos e uma dissertação

Ano	Periódico	Autor	Título	Palavras-chave
2020	UEM	Nacinovic e Rodrigues	Interdisciplinaridade e espaços dialógicos na educação inclusiva	Intersetorialidade; Inclusão; Cartografia; Políticas Públicas.
2020	UFGD	Rodrigues	Programa BPC (na escola?): biorregulamentação no município de Dourados/MS	Serviços sociais; Educação inclusiva; Pessoa com deficiência; Benefício de Prestação Continuada;Governamentalidade.
2021	Revista TEIAS	Pletsch, Sá e Mendes	A favor da escola pública: a intersetorialidade como premissa para a educação inclusiva	Educação inclusiva; deficiência múltipla; intersetorialidade.
2022	Scielo	Silva, Dias, Lendi e Costa	Desafios à intersetorialidade no cuidado das crianças com deficiência na perspectiva de profissionais da educação	Crianças com Deficiência; Educação Especial; Colaboração Intersetorial; Política Pública.

2022	UFSM	Souza, Oliveira e Paiva.	O papel de agentes escolares na intersetorialidade das políticas de educação especial na perspectiva inclusiva	Intersetorialidade; educação especial; políticas públicas; agentes escolares.
2023	APA e ciência	Farias, Gonçalves e Schmidt	A interrelação entre o trabalho multiprofissional das APAES e o AEE no ensino comum como necessária para a conquista da autonomia e do empoderamento	APAES; AEE; Deficiência Intelectual e Múltipla; Preconceitos; Mundo do Trabalho.
2024	Revista psicopedagogia	Santos	Educação inclusiva, atendimento educacional especializado, intersetorialidade: Os direitos sociais do estudante com deficiência	Inclusão; Atendimento Educacional Especializado; Interssetorialidade.
2024	Revista Iberoamericana/ UNESP	Givigi, Jesus, Silva e Alcântara	Políticas educacionais inclusivas e a intersetorialidade com as políticas sociais: interfaces Brasil/Canadá	Pessoa com deficiência; Intersetorialidade; Políticas educacionais inclusivas; Políticas sociais; Educação comparada.

Nota de acessibilidade – descrição da tabela: Esta tabela é composta por cinco colunas e nove linhas. Nas linhas de cima estão escritas, em negrito, as palavras que compõem as categorias dos trabalhos por: ano, periódico, autor, título e palavras-chave de cada trabalho. Em cada coluna está escrito as respectivas categorias em ordem cronológica.

Os trabalhos selecionados apontam para a importância do diálogo entre saúde e educação, como um direito social e na perspectiva de superação do modelo biomédico com relação a pessoa com deficiência. Além disso, apontam para a interlocução entre os profissionais de cada área com vistas aos direitos sociais das pessoas com deficiência. A interdisciplinaridade é ressaltada enquanto potência na ampliação dos espaços escolares e nas possibilidades do trabalho intersetorial, favorecendo o diálogo com outros profissionais e áreas que podem contribuir com a Educação Inclusiva, conforme Santos (2024); Nacinovic et Rodrigues (2020). Estas últimas autoras enfatizam a diferença entre pesquisar *sobre* pessoas e pesquisar *com* as pessoas, valorizando o caráter coletivo e participativo do debate, propondo o compartilhamento de saberes em detrimento do que denominam “hierarquia biomédica”. Ressaltam, ainda, que o conceito de educação inclusiva pressupõe transversalidade e intersetorialidade.

Para Nacinovic et Rodrigues (2020), a intersetorialidade está diretamente atrelada à qualidade da comunicação entre as redes de cuidado da pessoa com deficiência. Utilizando exemplos de situações práticas, as autoras discutem a importância do compartilhamento de informações e da escuta ativa, destacando a participação dos sujeitos na construção das estratégias. Segundo elas, a falta de diálogo fere a natureza da inclusão e configura uma postura colonizadora e estigmatizante.

Santos (2024) aponta que o princípio da inclusão consiste em equipar as pessoas com as condições favoráveis de se tornarem agentes ativos no meio em que vivem, sinalizando que este princípio já é previsto pelos documentos legais. Ela discorre, ainda, a respeito dos conceitos de direito e garantia, ressaltando que nenhum direito pode ser renunciado. A autora traz a intersetorialidade como peça-chave para assegurar a plena participação das pessoas com deficiência na vida social, que se inicia com a escolarização. Vale dizer que o texto também dialoga com alguns aspectos da perspectiva histórico-cultural.

Quando buscamos a relação com educação e deficiência, surgiram trabalhos como o de Givigi et al. (2024) e de Souza et al. (2022), que destacam a importância das políticas públicas educacionais e sociais para superar os desafios políticos atuais no Brasil. As autoras salientam que falhas nas ações intersetoriais necessárias também podem reforçar as desigualdades e exclusões sociais. Nesta perspectiva, elas problematizam as estruturas hegemônicas e as desigualdades políticas de nosso país, segundo Givigi, et al. (2024, p.14) “a defesa pelas políticas educacionais inclusivas e pelas políticas sociais que garantam os direitos das pessoas com deficiência deve estar alinhada com a luta contra as políticas hegemônicas propostas pelo capitalismo”.

Entendendo a intersetorialidade como uma ponte entre as políticas educacionais inclusivas e as políticas sociais, Givigi et al. (2024) sustentam que estratégias intersetoriais atuam como uma forma de proteção à população mais vulnerável. Nesse sentido, a intersetorialidade é entendida pelas autoras como solução possível para atender demandas ocasionadas pelas desigualdades, uma vez que somente uma ação conjunta dará conta de questões sociais que permeiam os processos de inclusão, os quais não poderiam ser solucionados com medidas exclusivamente educacionais. Desse modo, a Educação Inclusiva dependerá do

entrelaçamento e fluxo de comunicação entre as políticas voltadas ao desenvolvimento humano.

Souza et al. (2022) ampliam a discussão sobre a materialização das políticas na vida das pessoas com deficiência, apresentando um estudo empírico em território de vulnerabilidade na Baixada Fluminense, tal como o foco de nossa pesquisa. Sob esse ponto de vista, o texto dialoga com Santos (2024) no que se refere à necessidade de ações que assegurem a garantia dos direitos já conquistados. Para Souza et al. (2022, p.2), programas intersetoriais destacam-se como estratégias para “garantir que os diferentes perfis de alunos com deficiência sejam atendidos em suas particularidades”, tornando a educação efetivamente inclusiva, para além de mera exigência legal.

Na contramão dessa linha crítica apontada pelas autoras, vale mencionar as contradições encontradas no texto de Farias et al. (2023) sobre a precariedade dos investimentos públicos, reiterando a importância da relação intersetorial entre as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs – e o Atendimento Educacional Especializado – AEE – na rede regular de ensino. Valorizando, assim, as ações de setores privados junto ao campo da Educação Especial. Os autores sustentam a defesa dessas parcerias privadas, relatando situações de bullying e exclusão vivenciadas por alunos com deficiência na escola regular.

Em contrapartida, para Silva et al. (2022), as políticas de intersetorialidade se configuram como um dispositivo contra as práticas excludentes, dado seu caráter complexo de promover compreensão da diversidade, além de cuidado e qualidade de vida às pessoas com deficiência.

Dentre os trabalhos que tratam especificamente sobre papel das políticas intersetoriais articuladas às políticas públicas sociais na perspectiva da educação, destacamos os de Pletsch et al.(2021) e Silva et al. (2022). Contudo, é importante destacar a pesquisa de mestrado de Rodrigues (2020) que elucida, criticamente, o funcionamento do Programa Benefício de Prestação Continuada – BPC – e a assistência social direcionadas à inclusão social e escolar da pessoa com deficiência.

Pletsch et al. (2021, p.11) apontam que: “a intersetorialidade pode ser um caminho para tocar em um conjunto de desigualdades estruturantes da condição de vida das crianças com deficiência múltipla e suas famílias”. As autoras mostram, através de dados, que as políticas intersetoriais, quando planejadas

preventivamente, possuem atuação de longo prazo, visando a dignidade do futuro desses indivíduos, garantindo o cumprimento de direitos humanos e constitucionais.

Trazendo para o debate colocações a respeito do papel da escola nesse contexto, Pletsch et al. (2021) entendem a escola como o serviço público que atua como um elo das interfaces dos demais serviços e pode ser pensada como estratégia de conexão entre políticas públicas criadas na busca do desenvolvimento integral dos indivíduos com deficiência, entendendo a intersetorialidade como uma premissa essencial para viabilizar a educação inclusiva na escola pública. As autoras reiteram, ainda, que o convívio com as diferenças é benéfico para a educação como um todo, o que faz da intersetorialidade uma necessidade social coletiva e não um interesse exclusivo do público-alvo da educação especial. Além disso, o texto discorre sobre a participação das famílias na construção das políticas de intersetorialidade, ajudando a engendrar ações integradas que viabilizem cuidado, desenvolvimento humano, justiça social e educação inclusiva de fato.

A análise dos trabalhos nesta etapa da revisão, aponta para a importância de avançar em pesquisas que desenvolvam estudos relacionando a intersetorialidade com os eixos da educação inclusiva e considerando o seu papel nas condições de vida e no desenvolvimento do aluno com deficiência.

Diante da escassez de trabalhos que coadunam a intersetorialidade e deficiência, destacamos a urgência em relacionar esses temas, considerando a potências e amplitude de olhar interseccionalmente as políticas intersetoriais, dados os marcadores indicativos da situação social das pessoas com deficiência.

Em suma, a partir da literatura revisada, evidenciamos um ainda tímido, porém crescente interesse pelo tema da intersetorialidade na área da Educação e na perspectiva da educação de alunos com deficiência. Vale dizer que nos trabalhos elencados há destaque sobre a importância da articulação de políticas intersetoriais para promoção da escolarização e justiça social dos alunos com deficiência.

Diante disso, este estudo propõe a contribuição com o campo da Educação Especial com o objetivo geral de analisar as políticas intersetoriais atuadas em uma escola regular da rede pública municipal, no primeiro segmento do Ensino Fundamental e no município de Duque de Caxias e a situação social do desenvolvimento de alunos com deficiência.

Contudo, os trabalhos dessa revisão apontam para a importância da intersetorialidade, como um meio de promover a qualidade de vida das crianças com

deficiência. Além disso demonstram que as análises precisam visibilizar os contextos sociais dos sujeitos que vivenciam constantes processos de exclusão de seus direitos. Além disso, esse conjunto de trabalhos sinalizam que a intersetorialidade precisa ser realçada nas pesquisas do campo da Educação Especial, pois ela compõe uma importante medida para avançarmos no sentido da educação na perspectiva inclusiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias de busca e análise da revisão de literatura evidenciam que os estudos sobre intersetorialidade e educação inclusiva ainda são incipientes, sobretudo se procuramos relacionar com a perspectiva histórico-cultural e as vivências escolares. A revisão demonstrou que grande parte dos trabalhos são focados na questão da saúde, do cuidado e do serviço social, sendo poucos trabalhos no campo da educação.

Os trabalhos encontrados reforçam a importância de políticas públicas que articulem diferentes setores, focados em promover escolarização e justiça social para estudantes com deficiência, apontando, ainda, para a dimensão interseccional e a necessidade de considerar como raça, gênero, classe e deficiência se articulam nas experiências escolares.

As análises permitem compreender que as discussões sobre intersetorialidade carecem de mais aprofundamento e de um olhar mais concentrado na sua relação com a qualidade de vida das pessoas com deficiência, pautando na construção de caminhos para implementação de políticas efetivas que conectem essas interfaces. Além disso, há lacunas quanto o aspecto operacional da garantia dos direitos já conquistados e amplamente difundidos nos documentos legais e que tais lacunas afetam diretamente os processos de inclusão escolar e os avanços no desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Salientamos a importância de pesquisas futuras enriquecerem o debate, buscando explorar reflexões sobre o modo como as articulações intersetoriais podem se dar na prática, a fim de fortalecer a atuação dessas políticas no cotidiano dos estudantes com deficiência. Contudo, essa busca revelou que o assunto é abordado em poucas produções científicas, embora reconhecidamente importante e presente em textos legais. Desta forma este estudo contribui para o campo da Educação Inclusiva ao sistematizar estes dados, apontando para a necessidade da

reflexão e análises sobre as políticas intersetoriais com vistas a justiça social melhores condições de desenvolvimento para todos.

REFERÊNCIAS COM HIPERLINKS

Bozhovich , L., & Marília Daefiol Herrero Gomes, T. . (2023). A situação social do desenvolvimento infantil. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, *15*(1), 612–638. (Link externo)

Brasil. (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).* Presidência da República. (Link externo)

Brasil. Ministério da Educação. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. (Link externo)

Farias, E. A., Gonçalves, E., & Schmidt, A. C. D. S. M. (2023). A interrelação entre o trabalho multiprofissional das APAES e o AEE no ensino comum como necessária para a conquista da autonomia e do empoderamento. *Apae Ciência, 20*(2), 98–106. (link externo)

Givigi, R. C. do N., Jesus, D. M. de, Silva, R. S., & Alcântara, J. N. de (2020). Políticas educacionais inclusivas e a intersetorialidade com as políticas sociais: interfaces Brasil/Canadá. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 15*(n. esp. 3), 2240–2259. (Link externo)

Nacinovic, C., & Rodrigues, R. (2020). *Interdisciplinaridade e espaços dialógicos na educação inclusiva* [Trabalho acadêmico, Universidade Estadual de Maringá]. UEM. (Link externo)

Pletsch, M. D., Sá, M. A., & Mendes, G. (2021). A favor da escola pública: a intersetorialidade como premissa para a educação inclusiva. *Revista Teias, 22*(65), 69–86. (Link externo)

Rebelo, A. S., & Pletsch, M. D. (2023). O que revelam as políticas e os indicadores sobre a escolarização de alunos com deficiência múltipla no Brasil (1974–2021)? Revista Educação Especial, 36, e36/1-?. (Link externo)

Rodrigues, R. (2020). *Programa BPC (na escola?): biorregulamentação no município de Dourados/MS* [Trabalho acadêmico, Universidade Federal da Grande Dourados]. UFGD. (Link externo)

Santos, J. D. (2024). Educação inclusiva, atendimento educacional especializado, intersetorialidade: Os direitos sociais do estudante com deficiência. *Revista Psicopedagogia, 41*(124), 104–114. (Link externo)

Silva, M. R., Dias, A. C., Lendi, F., & Costa, P. (2022). Desafios à intersetorialidade no cuidado das crianças com deficiência na perspectiva de profissionais da educação. *Ciência & Saúde Coletiva, 27*(6), 2203–2212. (Link externo)

Souza, L., Oliveira, M., & Paiva, R. (2022). *O papel de agentes escolares na intersetorialidade das políticas de educação especial na perspectiva inclusiva* [Trabalho acadêmico, Universidade Federal de Santa Maria]. UFSM. (Link externo)

United Nations. (2018). *The Sustainable Development Goals Report 2018*. United Nations. (Link externo)

Vygotsky, L. S. (1991). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (J. Cipolla Neto et al., Trad.; 4ª ed.). Martins Fontes. (Link externo)